



**A PERFORMATIVIDADE DA LINGUAGEM INTERSECCIONADA EM RAÇA E IDENTIDADE INDÍGENA: DO 'DIA DO ÍNDIO' AO 'DIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS' NO BRASIL**

*THE PERFORMATIVITY OF LANGUAGE INTERSECTED IN RACE AND INDIGENOUS IDENTITY: FROM 'INDIAN DAY' TO 'INDIGENOUS PEOPLE'S DAY' IN BRAZIL*

**Herta Maria de Açucena do Nascimento Soeiro**

Universidade Federal do Paraná – UFPR, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6738-7129>

E-mail: [soeiroherta@gmail.com](mailto:soeiroherta@gmail.com)

**Milena Barros Tavares**

Universidade Federal do Paraná – UFPR, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7398-1070>

E-mail: [milena18barros05@gmail.com](mailto:milena18barros05@gmail.com)

**Submetido:** 15 set. 2024.

**Aprovado:** 2 dez. 2024.

**Publicado:** 9 dez. 2024.

**E-mail para correspondência:**

[herta.maria@hotmail.com](mailto:herta.maria@hotmail.com)

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo refletir sobre a mudança do "Dia do Índio" para o "Dia dos Povos Originários" e seu impacto na reconfiguração da identidade indígena, em especial no pronunciamento da Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, para o Dia dos Povos Originários, em 19 abril de 2024, e na declaração urgente "Terra, Tempo e Luta" do Acampamento Terra Livre, realizado entre os dias 22 e 26 de abril de 2024, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). As discussões e análises foram baseadas nos conceitos de performatividade da linguagem interseccionada em raça e identidade, na perspectiva da Linguística Aplicada Crítica (LAC), examinando como a linguagem e a identidade indígena é (re)construída e (re)negociada. Observamos que as categorias de análise no discurso indígena frequentemente se interseccionam, abordando de forma complementar questões de raça, identidade, territorialidade, política e saberes ancestrais, tanto em pautas emergentes quanto não emergentes.

**Palavras-chave:** Linguística Aplicada Crítica. Povos Indígenas. Sonia Guajajara. Acampamento Terra Livre.

**Abstract:** This study aimed to reflect on the change from "Indian Day" to "Indigenous Peoples Day" and its impact on the reconfiguration of indigenous identity, especially in the statement by the Minister of Indigenous Peoples, Sonia Guajajara, for the Day of Indigenous Peoples, on April 19, 2024, and in the urgent declaration "Land, Time and Struggle" of the Acampamento Terra Livre, held between April 22 and 26, 2024, organized by the Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB). The discussions and analyses were based on the concepts of language performativity intersected in race and identity, from the perspective of Critical Applied



Linguistics (CAL), examining how language and indigenous identity are (re)constructed and (re)negotiated. We observed that the categories of analysis in indigenous discourse often intersect, addressing issues of race, identity, territoriality, politics and ancestral knowledge in a complementary manner, both in emerging and non-emerging issues.

**Keywords:** Critical Applied Linguistics. Indigenous Peoples. Sonia Guajajara. Acampamento Terra Livre.

## Introdução

No norte do Brasil se concentra 44,48% da população indígena. Hoje, são mais de 150 etnias espalhadas pelos sete estados da região. Roraima e Amazonas abrigam as cidades com o maior número de indígenas em todo o país: Uiramutã (RR) e Santa Isabel do Rio Negro (AM) <sup>(1)</sup>, respectivamente. Pensar nesses dados, enquanto pesquisadoras nortistas, nos fez questionar o apagamento indígena que ocorre neste país, principalmente nessas regiões. Se eles estão lá, por qual motivo pouco os vemos nos espaços públicos? Por que a maioria das notícias que vemos todos os dias nos jornais é sobre um território ocupado e violência direta contra os indígenas?.

As violências diárias sofridas pelos indígenas ou por descendentes que não cresceram em comunidades indígenas, mas que, mesmo assim, não encontram “lugar” na sociedade, nos remete a refletir sobre a (re)configuração da identidade nacional. Por séculos vem se construindo um apagamento cultural e identitário do indígena, que consistiu em desconsiderar a diversidade dos povos originários. Esse apagamento é reforçado por discursos hegemônicos que circulam nas mídias, nos espaços acadêmicos e em livros de história; que por anos desenharam o indígena como “selvagem”, reduzido a um fenótipo estereotipado e de “obstáculo ao progresso” <sup>(2)</sup>.

A exemplo do dia 19 de abril, no qual nos deparamos, todos os anos, com as crianças em idade escolar usando adereços e pinturas indígenas, e, mesmo com essa população ocupando o território muito antes da colonização pelos europeus em 1500, conforme afirmam Silva e Lameira <sup>(3)</sup> (p. 29) “[...] para muitos, os indígenas são vistos apenas como parte do folclore nacional, em vez de serem reconhecidos como uma população existente e integrante deste vasto país chamado Brasil”.

O Dia dos Povos Indígenas, celebrado na data acima citada, recebeu essa nova denominação em 2022, após uma mudança prevista na Lei nº 12.402 de 8 de julho de 2022 <sup>(4)</sup>, que revogou o “Dia do Índio”, data instituída no governo Getúlio Vargas em 1943. A



mudança marca uma série de reconfigurações identitárias dos povos indígenas do Brasil, uma vez que o termo indígena passa a substituir o termo índio, carregado de estereótipos e apagamentos da diversidade cultural dos povos originários.

Esta pesquisa se justifica a partir de discussões realizadas ao longo da disciplina de Linguística Aplicada do programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. Consideramos que fazer pesquisa vai muito além da teoria; é necessário pensar na prática, aproximar o objeto do texto, com o reconhecimento de que não construímos verdades fixas.

Na verdade, buscamos a "construção de verdades contingentes, cuja natureza movente e fluida não nos permite ter nenhuma base sólida" <sup>(5)</sup> (p. 38). Nesse sentido, fazer pesquisa é também fazer política <sup>(5)</sup>, e colocar os indígenas como centro de nossa pesquisa, refletindo sobre os atos performativos de subjetividade e identidade indígena a partir da mudança da data do dia dos povos originários, constitui um ato político de reconhecimento e valorização daqueles que são marginalizados e apagados não só da sociedade, mas também do espaço acadêmico.

Portanto, este estudo teve como objetivo, a partir dos conceitos de performatividade da linguagem interseccionada em raça e identidade, refletir sobre como a mudança do "Dia do Índio" para o "Dia dos Povos Originários" se constitui no pronunciamento da Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, observando os marcadores linguísticos que estabelecem a reconfiguração e a ressignificação da identidade indígena no Brasil; e de que modo esses marcadores influenciam os atos performativos de pessoas indígenas no Acampamento Terra Livre (ATL), especialmente na Declaração Urgente dos Povos Indígenas do Brasil - Terra, Tempo e Luta, do ATL 2024.

A base teórica para esta discussão foi a visão performativa da linguagem teorizada a partir dos atos de fala de Austin <sup>(6)</sup>, Derrida <sup>(7)</sup> e Butler <sup>(8)</sup>, que emprega o conceito de performatividade em duas faces, discutidas a seguir, para se pensar como a linguagem pode construir identidades de forma que não estejam limitadas em dicotomias do tipo verdade/falsidade. Arelado a essa teoria, discutimos algumas perspectivas dos estudos raciais e identitários <sup>(9, 10, 11, 12)</sup>, de forma que fosse possível interseccionar as temáticas e realizar as análises considerando os recortes discursivos que formam o corpus, destacados através dos marcos linguísticos.



## Metodologia

O estudo mobilizou conceitos como atos de fala <sup>(6)</sup>; performatividade da linguagem <sup>(7, 8)</sup>; estudos de identidade <sup>(9, 10)</sup> interseccionados em identidade racial <sup>(11, 12)</sup>.

O corpus consistiu no recorte discursivo do pronunciamento <sup>(13)</sup> da Ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara para o Dia dos Povos Indígenas (2024) e na Declaração Urgente dos Povos indígenas do Brasil - Terra, Tempo e Luta, do Acampamento Terra Livre (2024) <sup>(14)</sup>, mobilizado pela Associação dos Povos Indígenas do Brasil no mês de abril (alusivo ao mês dos povos originários). Também utilizamos a Lei 14.402, de julho de 2022 <sup>(4)</sup>, que institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943 como instrumento informativo sobre a mudança da data celebrativa.

Em uma pré-análise, foram elencadas as seguintes categorias, a partir do pronunciamento da ministra Sonia Guajajara: 1) Identidade Coletiva; 2) Territorialidade, Sustentabilidade e saberes ancestrais; 3) Resistência e luta contra a violência; 4) Relação com o Estado e criação de políticas. Estas categorias nortearam as análises do corpus.

## Resultados e Discussões

### Atos performativos de fala e a reconfiguração identitária dos povos indígenas do Brasil: conceitos e análises

Austin <sup>(6)</sup> em sua obra *Quando Dizer é Fazer*, desenvolveu a teoria dos atos de fala, argumentando que a linguagem vai além de meramente descrever o mundo; ela também executa ações. Ele introduz a ideia de que, ao fazer uma declaração, não estamos apenas transmitindo informações, mas realizando um ato. Esse conceito, posteriormente, foi mais explorado na noção de "performatividade da linguagem".

Melo <sup>(15)</sup> dá destaque a duas releituras da perspectiva austiniana de linguagem, a de Derrida <sup>(7)</sup>, que indica que, para que um ato de fala seja considerado performativo, não há, necessariamente, condições específicas para tal. Para o autor, a linguagem é performativa assim como todos os atos de fala, ou seja, "o performativo é naturalizado pela iterabilidade e citacionalidade, isto é, pela repetição" <sup>(15)</sup> (p. 79).

A partir da teoria austiniana referente aos atos de fala performativos, Butler <sup>(8)</sup> argumenta que, ao enunciarmos, através da linguagem, nomeamos e atribuímos identidades



dotadas de um contexto sócio-histórico e construídas em momento determinado, por isso, a identificação por terceiros e a autoidentificação estão no campo do performativo e não do constativo.

Nesse sentido, entender a linguagem como uma prática social permite identificar relações e posições de poder, bem como a presença da ideologia em todos os atos de fala performativos. E, pela ação através da linguagem é possível transpor discursos dominantes e constituir novos discursos identitários. Butler <sup>(8)</sup> trabalha a performatividade em duas faces, segundo Melo <sup>(15)</sup> (p. 80):

[...] uma face em que o ato é um momento único que se remete ao acontecido, ao que acontece e o que irá acontecer, naturalizando algo já existente; uma segunda face em que o ato de fala, ao se repetir, falha rompendo, deste modo, com a 'cópia, possibilitando a transformação de narrativas (atos de fala), que podem mitigar sofrimentos de vidas consideradas precárias ou menos importantes (p. 80) <sup>(15)</sup>.

Em 19 de abril de 2024, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, discursou, em rede nacional, em referência ao Dia dos Povos Indígenas <sup>(13)</sup>. Ela destacou as políticas públicas voltadas para os povos indígenas implementadas pelo governo do presidente Lula, como a criação do próprio ministério que ela lidera e a retomada do processo de demarcação de territórios indígenas. O trecho que segue, início do pronunciamento da ministra para o Dia dos Povos Originários, exemplifica a relação entre repetição e transformação:

Boa noite.

Amanhã, 19 de abril, **Dia dos Povos Indígenas**, é o momento de **celebrarmos a riqueza cultural dos 305 povos indígenas que vivem neste nosso Brasil**, e que **fazem parte do grande mosaico de tradições e histórias de resistência do nosso país** <sup>(13)</sup>.

Em outubro de 2022, Sonia Guajajara, ativista indígena do povo Guajajara/Tentehar, se tornou a primeira indígena a ser eleita deputada federal pelo estado de São Paulo e a primeira-ministra da nova pasta do Governo Federal, o Ministério dos Povos Indígenas. O Ministério dos Povos Indígenas do Brasil é uma pasta do governo federal criada para tratar especificamente das questões relacionadas aos povos indígenas no país. O ministério foi criado em 2023, como parte de uma série de medidas voltadas para a proteção dos direitos indígenas e do meio ambiente. A criação do ministério foi uma resposta a longas



reivindicações dos movimentos indígenas que lutavam por maior representação e voz nas decisões políticas que afetam suas comunidades e territórios.

É possível observar, na fala de Guajajara, uma falha na repetição do ato de celebração do dia dos povos originários, quando diz, conforme indicado pelo marcador linguístico em negrito, que “celebramos a riqueza cultural dos 305 povos indígenas que vivem neste nosso Brasil [...]” <sup>(13)</sup>. No contexto de sua criação, o “Dia do Índio” teve grande impacto, pois aparentava um reconhecimento dos povos indígenas do Brasil. Anos antes, em 1934, a Constituição brasileira incluía pela primeira vez dispositivos relacionados aos povos originários, por meio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (hoje conhecido como FUNAI), reconhecendo suas terras e afirmando que elas deveriam ser protegidas e demarcadas. No entanto, acreditava-se que os lotes demarcados não eram necessários para manter o modo de vida dos indígenas, uma vez que sua cultura e identidade eram entendidas como “transitórias - um estágio evolutivo” <sup>(16)</sup>. O SPI seguia uma ideologia positivista ortodoxa; portanto, via os indígenas como uma sociedade que estava em seu estágio primitivo e que evoluiria para o racionalismo científico ou positivista.

Nesse contexto, acreditavam que o indígena poderia se ‘emancipar’, passando a dividir suas terras com não-índios nas colônias agrícolas que o governo estabeleceria como parte da Marcha para o Oeste<sup>1</sup>. Conforme as políticas de integração do SPI, os indígenas deveriam fazer parte da sociedade; mas, para isso, deveriam “deixar de ser índio”. Nas palavras do SPI, citado por Garfield <sup>(16)</sup> (p. 18): “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível”.

A identidade nacional construiu, ao longo dos anos, um apagamento cultural e identitário, ao não reconhecer a pluralidade dos povos e marginalizar o sujeito indígena, que não era considerado um cidadão. Ao passo que era celebrado o “Dia do Índio”, discursos jornalísticos e de políticos da época reforçavam massivamente estereótipos e preconceitos herdados dos europeus, principalmente a redução dos indígenas a um povo único e a preocupação em “civilizá-los”. Para Guajajara, neste contexto atual de mudança na nomenclatura e na ressignificação dessa celebração, discursar em rede nacional, enquanto

---

<sup>1</sup> Movimento integracionista do Governo de Getúlio Vargas. Fonte: ARRAIS, Mateus Eurich. **A marcha para o oeste e o Estado Novo: a conquista dos sertões**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016\\_MateusEurichArrais\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016_MateusEurichArrais_tcc.pdf). Acesso em: 14 ago. 2024.



indígena, representa uma parte de um todo que é a reconfiguração identitária indígena no Brasil, que diz respeito não só a forma como a sociedade enxerga essa população, mas como os próprios indígenas se autoidentificam e se colocam no mundo. Conforme descreveu Garfield <sup>(16)</sup>, “O estado iria ‘civilizar’ os índios que viviam no sertão remoto. A exibição de fotografias e documentos trazia à luz a aculturação dos índios sob a direção do SPI”.

Em 2019, a deputada Joenia Wapichana apresentou o projeto de lei PL 5466/2019, que tinha como objetivo instituir o dia 19 de abril como “Dia dos Povos Originários” e revogar o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943, com a justificativa de que a atualização da nomenclatura seria mais respeitosa e identificaria melhor as comunidades indígenas. Nesse sentido, ao contrário da designação “índio”, “povos indígenas” reconhece a pluralidade cultural indígena, suas crenças, culturas, línguas e territórios. Assim, no ano de 2022, a Lei 14.402/22 foi aprovada, modificando a nomenclatura do dia 19 de abril <sup>(4)</sup>.

A alteração da nomenclatura traz consigo significativas mudanças identitárias, uma vez que o termo anterior, nas palavras de Takuá<sup>2</sup> <sup>(17)</sup> (p. 11), representa o “senso comum, produzido pelo imaginário popular e a falta de conhecimento, leva a nos resumir a uma só figura, apesar da diversidade de povos e diferentes culturas”.

## **Das categorias**

### **Identidade Coletiva**

Em atenção às categorias de análise, a primeira está relacionada à Identidade Coletiva. Para Hall <sup>(10)</sup>, a identidade é um processo dinâmico e fluido, que contrasta com a visão iluminista de identidade como algo fixo e estável, voltado à unificação do sujeito. O autor argumenta que, na pós-modernidade, as identidades são formuladas e reformuladas continuamente através de processos de representação e interação cultural. Sendo assim, “[...] a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” <sup>(10)</sup> (p. 13).

No pronunciamento de Guajajara, a identidade coletiva é reforçada em vários trechos de sua fala, que demonstra seu posicionamento identitário como indígena, dotada também de

---

<sup>2</sup>Ativista pelos direitos indígenas e vice-cacique da aldeia Tekohá Dje'y.



outras posições, como mulher, ativista, política e ministra. Os marcadores abaixo demonstram esse senso de coletividade:

**Vivemos** em florestas, alguns de **nós** em áreas isoladas, mas **estamos** também nas cidades. **Somos médicos, educadores, advogados, cientistas sociais, prefeitos, vereadores, deputados** <sup>(13)</sup>.

Segundo Frank e Conceição <sup>(18)</sup> a linguagem está presente na construção identitária do sujeito, uma vez que as especificidades da linguagem, seus modos e meios ajudam o sujeito a construir, interpretar e relacionar-se com o mundo e com outros sujeitos, garantindo a formação da identidade. Pensar identidade, a partir de uma perspectiva situada, envolve o processo e a localização de fenômenos sociais, dentro do contexto em que as práticas sociais ocorrem. Inicialmente, é preciso pensar na inserção e participação de estranhos em uma comunidade específica <sup>(19)</sup>.

Neste sentido, para o desenvolvimento deste trabalho, além do pronunciamento da ministra, utilizamos a Declaração Urgente dos Povos Indígenas do Brasil <sup>(14)</sup>, apresentado no 20º Acampamento Terra Livre, realizado em Brasília entre dos dias 22 e 26 de abril de 2024, para discutir sobre como a reconfiguração identitária indígena, a partir da mudança na nomenclatura da celebração, se constitui no pronunciamento da ministra e reflete no discurso indígena produzido no ATL.

O Acampamento Terra Livre (ATL) é o maior evento de mobilização indígena no Brasil, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) <sup>(20, 21)</sup>. Desde sua criação em 2004, o ATL é realizado anualmente em Brasília durante o mês de abril. Esse período é significativo porque no mês de abril é comemorado o *Dia dos Povos Originários*, anteriormente denominado *Dia do Índio*. O evento reúne milhares de indígenas de diversas etnias e regiões do país, que se mobilizam para defender seus direitos, exigir a demarcação de suas terras e proteger o meio ambiente. O ATL serve como um espaço de articulação política, onde lideranças indígenas têm a oportunidade de dialogar diretamente com os representantes dos Três Poderes do Estado, organizações não governamentais e a sociedade civil <sup>(20, 21)</sup>.

Em relação às questões de identidade coletiva, na Declaração Urgente – Terra, Tempo e Luta, destacamos o seguinte marcador linguístico:

**Nós, povos indígenas, somos** o próprio tempo. **Somos** encantadores desse tempo que é como uma serpente, com muitas curvas, uma história que não pode ser simplificada como uma linha reta [...]. 20 anos de Acampamento



Terra Livre! O primeiro, realizado em 2004, reuniu 240 indígenas. Hoje, em Brasília, **estamos** aqui com cerca de 9 mil pessoas, representando mais de 200 povos, que vieram de todas as regiões e biomas desse território brasileiro para dizer: '**NOSSO MARCO É ANCESTRAL! SEMPRE ESTIVEMOS AQUI!**' <sup>(14)</sup> (p. 1).

A autoidentificação racial refere-se ao processo pelo qual os indivíduos escolhem como se identificam racialmente, com base em suas experiências pessoais, contextos culturais e percepções sociais. Esse processo é influenciado por uma série de fatores, incluindo o contexto histórico, a família, a comunidade e as experiências individuais de discriminação ou aceitação <sup>(11)</sup>.

Essa perspectiva abrange o significado político que, por exemplo, o "ser indígena" adquire a partir do momento em que alguém se identifica como tal. Trata-se de uma autoidentificação que é ao mesmo tempo estratégica, envolvendo a afirmação e o orgulho pela identidade racial, mas também tem caráter afirmativo, pois possibilita a reivindicação de direitos para os povos indígenas e a recontextualização do termo "*Índio*" para "*indígena*" por meio de práticas sociais de linguagem, proporcionando novos significados e formas afirmativas de existir <sup>(11)</sup>.

O excerto abaixo exemplifica:

**Lutamos pela terra, porque é nela que cultivamos nossas culturas, nossa organização social, nossas línguas, costumes e tradições.**

E, principalmente, **está nas nossas terras e territórios o nosso direito de permanecermos indígenas** <sup>(14)</sup> (p. 1).

O trecho "*nosso direito de permanecermos indígenas*" remete ao projeto de emancipação do "Índio" no Governo Getúlio Vargas, em que, para ser 'civilizado', deveria se desvincular de sua cultura. De acordo com Riley <sup>(22)</sup>, a identidade está codificada em nossa linguagem, estruturada em repertórios lexicais, e distribuída em nosso modo de falar, sentir e acreditar. Além disso, nossa identidade é refletida na maneira como falamos sobre nós, através de declarações que indicam nossas afiliações.

Em relação a identidade, Rajagopalan <sup>(9)</sup> afirma que:

[...] já não há mais quem, em sua consciência, acredite que as identidades se apresentam como prontas e acabadas. Pelo contrário, acredita-se, em larga escala, que as identidades estão, todas elas, em permanente estado de transformação, de ebulição. Elas estão sendo constantemente reconstruídas. Em qualquer momento dado, as identidades estão sendo adaptadas e adequadas às novas circunstâncias que vão surgindo [...] <sup>(9)</sup> (p. 71).



Levando em conta que tanto a identidade quanto a linguagem requerem posicionamentos sociais <sup>(23)</sup> e a produção de significados, elas se transformam dinamicamente através de processos de desconstrução e reconstrução <sup>(24)</sup>, dependendo do contexto e dos efeitos de significação em determinadas situações comunicativas <sup>(25)</sup>. Dessa maneira, a participação ou a ausência dela em uma 'comunidade' molda diferentes identidades, pois nos formamos também a partir das escolhas que fazemos sobre onde não participar.

### **Territorialidade, sustentabilidade e saberes ancestrais**

A questão da terra é uma problemática longínqua na relação dos povos indígenas com o Estado. Nas últimas décadas, os indígenas têm protagonizado uma série de conflitos pela regulamentação e manutenção de suas terras. Mais do que um meio de subsistência, os indígenas e a terra possuem uma relação de ancestralidade que vai muito além da necessidade de demarcação, no entanto, estão há muitos anos lutando pelo básico, que é a garantia de poder viver em seus territórios. No pronunciamento de Sonia Guajajara, os aspectos de territorialidade podem ser identificados em todo o discurso, como no excerto abaixo, logo de início:

[...] é o momento de celebrarmos a **riqueza cultural dos 305 povos indígenas que vivem neste nosso Brasil**, e que **fazem parte do grande mosaico de tradições e histórias de resistência do nosso país**.

[...]

**Habitamos todos os biomas:** Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Pampa e Caatinga <sup>(13)</sup>.

Segundo o censo de 2022 <sup>(26)</sup>, o levantamento aponta que a população indígena do Brasil chegou a 1.693.535 pessoas. Silva e Lameira <sup>(3)</sup> discutem que:

Mesmo diante da existência, hoje, de políticas públicas para os indígenas, elas são insuficientes para atender às necessidades desses povos. [...] Com a recente criação do Ministério dos Povos Indígenas, comandado por Sonia Guajajara, da etnia Guajajara, há uma expectativa de melhora. Entretanto, os próprios indígenas nos informaram em depoimentos que eles continuam lutando incansavelmente, enfrentando dor, fome e sofrimento <sup>(3)</sup> (p. 30).

Um marcador linguístico que confirma a fala dos autores na Declaração Urgente dos Povos Indígenas do ATL 2024 é este abaixo:

**É fundamental que a demarcação de terras seja respeitada e protegida, sem desvios ou manipulações, incluindo ações que visem desvirtuar esse processo, como as declarações recentes do presidente Lula.**



**Os direitos territoriais dos povos indígenas são INEGOCIÁVEIS** e devem ser preservados a todo custo.

[...]

**NOSSO MARCO É ANCESTRAL. SEMPRE ESTIVEMOS AQUI. E SEMPRE ESTAREMOS AQUI!** <sup>(14)</sup> (p. 3-4).

O direito à terra, previsto na Constituição, tem sido negligenciado mesmo com a criação de políticas que visam regularizar a demarcação de terras. Em *A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami*, co-escrito por Davi Kopenawa Yanomami e por Bruce Albert <sup>(27)</sup>, uma das questões centrais abordadas na obra é a da territorialidade indígena. Kopenawa detalha a relação intrínseca entre o povo Yanomami e a floresta amazônica, que não é apenas um espaço físico, mas um território espiritual, vital para a sobrevivência e a identidade cultural dos Yanomami. Na cultura indígena, a floresta é habitada por espíritos e entidades que são responsáveis pelo equilíbrio da vida.

Segundo os autores, do ponto de vista dos povos originários:

Somos representantes quaisquer desse povo bárbaro e exótico proveniente de além-mar, que espanta por sua absurda incapacidade de compreender a floresta, de perceber que “a máquina do mundo” é um ser vivo composto de incontáveis seres vivos, um superorganismo constantemente renovado pela atividade vigilante de seus guardiões invisíveis [...]. A ‘alma’ e seus avatares leigos modernos, a ‘cultura’, a ‘ciência’ e a ‘tecnologia’, não nos isentam nem nos ausentam desse comprometimento não desacoplável com o mundo, até porque o mundo, segundo os Yanomami, é um *plenum* animico, e porque uma verdadeira cultura e uma tecnologia eficaz consistem no estabelecimento de uma relação atenta e cuidadosa com “a natureza mítica das coisas” — qualidade de que, justamente, os Brancos carecemos por completo <sup>(27)</sup> (p. 13).

As políticas de territorialização impostas pelo governo frequentemente ignoram as necessidades e o conhecimento tradicional dos povos indígenas. A demarcação de terras não é suficiente para garantir a proteção contínua de seu território, especialmente diante da pressão constante de interesses econômicos externos <sup>(27)</sup>.

Krenak <sup>(28)</sup> argumenta que o território não é simplesmente um pedaço de chão, mas um espaço sagrado que sustenta a vida e a identidade cultural dos povos indígenas. O autor critica a visão utilitarista e exploratória que a sociedade tem da terra, onde o território é visto apenas como recurso a ser explorado:

O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais – sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz



das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros –, é a ideia de que os *índios* deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza <sup>(28)</sup> (p. 41).

Krenak <sup>(28)</sup> alerta que a continuidade da destruição desses territórios nos levará inevitavelmente ao colapso ambiental, o que ele metaforicamente chama de "o fim do mundo", também interpretado por Kopenawa e Albert como "A queda do céu", citado anteriormente. Nesse sentido, pensar em territorialidade indígena também é pensar em sustentabilidade e saberes ancestrais, considerando que, muito além do direito à terra, a preservação ambiental advinda das vivências indígenas em seus territórios é o cerne de sua existência.

No discurso da ministra Sonia Guajajara, as questões de sustentabilidade e manutenção dos saberes ancestrais marcam parte de seu pronunciamento, como no excerto abaixo:

Habitamos todos os biomas [...] E o mais importante: **cuidamos da conservação de cada um desses biomas. Os territórios indígenas preservam 80% de toda a biodiversidade do planeta.** E são as áreas onde ocorre a menor taxa de desmatamento.

**Sem o nosso cuidado com o meio ambiente, a crise climática se agravaria**, provocando secas, inundações, ciclones e outros eventos ainda mais severos em todo o país <sup>(13)</sup>.

Os resultados de um estudo realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) indicam que os povos indígenas e tradicionais são responsáveis pela proteção de um terço das florestas brasileiras. Nos últimos 35 anos, as terras indígenas, por si só, preservaram 20% das florestas nacionais <sup>(29)</sup>.

Segundo Aragão <sup>(29)</sup>, atualmente, 40,5% das florestas do Brasil estão protegidas dentro do sistema nacional de áreas protegidas, que inclui terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação. No entanto, a relação dos povos originários com a terra tem sido constantemente ameaçada pela expansão de atividades econômicas que desconsideram os direitos territoriais indígenas, enxergando as terras apenas como um recurso natural a ser explorado. Guajajara <sup>(13)</sup> reitera a necessidade da preservação dos saberes ancestrais para o equilíbrio do meio ambiente e, ao mesmo tempo, para a garantia de preservação das culturas e sobrevivência dos povos indígenas em suas terras, isoladas ou não:



**Queremos mostrar ao mundo que é possível manter a floresta em pé e, ao mesmo tempo, investir em atividades sustentáveis, gerando emprego e renda.**

[...]

Muitas das novas tecnologias que a humanidade, hoje, busca para salvar a Terra da emergência climática são, na verdade, parte dos nossos saberes ancestrais. **Nossos cuidados com a terra, os rios, as florestas e os bichos são passados de geração em geração** <sup>(13)</sup>.

O reconhecimento dos povos indígenas e seus saberes ancestrais sempre foram negligenciados não só pela sociedade, mas pela própria ciência. Sobre os saberes indígenas, Iberê (entrevista concedida em Souza *et al.* 2021, p. 2) <sup>(30)</sup> relata que:

Assim, cada árvore, cada povo constitui uma diversidade que incomoda! Que incomoda os saberes que são veiculados e que são passados principalmente nas universidades. Quando nós entramos nas universidades, e hoje isso é novidade, os nossos saberes quase não entraram ainda! Se estamos nas universidades, os nossos saberes estão às margens daquilo que se convencionou chamar de saber, de ciência, até porque a vida na universidade parece girar em torno do Lattes, do A1, A2, A3 e das publicações. Então, fala-se muito, e pouco tempo se tem para escutar! Então nós fomos chamados de muitos adjetivos e os nossos saberes também, e não apenas os povos originários, mas todos aqueles detentores de saberes que não se enquadram e não se dobram à “ciência”.

[...]

Então nós fomos chamados de muitos adjetivos e os nossos saberes também, e não apenas os povos originários, mas todos aqueles detentores de saberes que não se enquadram e não se dobram à “ciência”. Então somos os charlatões, os que não fazem e não têm cultura, que só têm folclore! <sup>(30)</sup> (p. 3-4, fala de Iberê).

Krenak <sup>(28)</sup> argumenta que a sustentabilidade não pode ser alcançada dentro do atual sistema econômico, que separa a humanidade da natureza e trata o planeta como um mero recurso a ser explorado. Ele sugere que os saberes ancestrais indígenas oferecem uma alternativa viável e necessária para evitar a destruição do mundo:

Nosso tempo é especialista em criar ausências do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. [...] Como os povos originários do Brasil lidaram com a colonização, que queria acabar com o seu mundo? Quais estratégias esses povos utilizaram para cruzar esse pesadelo e chegar ao século XXI ainda esperneando, reivindicando e desafiando o coro dos contentes? <sup>(28)</sup> (p. 26).



Ainda sob muita resistência, os povos originários lutam pela terra, pela preservação ambiental e da cultura que sobrevive nas matas sob constante ameaça, invasão, alimentando a indústria com sangue indígena derramado em terras que não foram demarcadas. Guajajara finaliza seu pronunciamento ofertando, em nome de todos os povos originários, o compartilhamento dos saberes: **“Queremos compartilhar nossos saberes, trocar experiências, para cuidarmos, juntos, do nosso país e do nosso planeta.** Queremos, juntamente com cada brasileiro e cada brasileira, construir um bem-viver para todas e todos nós”<sup>(13)</sup>.

A luta pela sustentabilidade exige a integração de saberes ancestrais para garantir o equilíbrio ambiental e, como diz Krenak<sup>(28)</sup>, é uma ideia para adiar o fim do mundo.

### **Resistência e luta contra a violência**

A história dos povos originários é marcada por lutas e resistência. Com o passar do tempo as configurações e contextos sociais do país foram se modificando, enquanto no contexto das lutas de resistência dos povos indígenas o que mudou foi o agente opressor, de colonizador europeu a latifundiários, garimpeiros e políticos negacionistas. Nesse sentido, observa-se que a luta pela demarcação de terras indígenas, contra a violência e preservação de seus territórios está presente no discurso da Ministra Sônia Guajajara, conforme verificamos pelos marcadores destacados:

Por isso, **a luta contra o garimpo**, a extração ilegal de madeira, a grilagem de terras e outras atividades criminosas **em territórios indígenas** não é uma **luta** apenas dos povos originários. É uma **luta** de cada brasileiro e de cada brasileira<sup>(13)</sup>.

Esses temas, como observamos no decorrer deste artigo, fazem parte da reconfiguração identitária indígena, que se repetem performaticamente na linguagem Butler<sup>(8)</sup>. Na fala da ministra, há falhas no ato de repetir e ressoar memórias de resistência que se repetem e atravessam o tempo, sendo marcadas linguisticamente pelo léxico "luta". O trecho **“é uma luta de cada brasileiro e cada brasileira”**, remete a ideia da incorporação da identidade indígena na identidade nacional. Não estamos diante de um país que separa os indígenas da população; estamos diante de um país unificado, que incorpora o indígena à sua identidade nacional, complementa ainda a ministra reforçando que “O Brasil é um país originariamente indígena. Nossa cultura está na culinária, na língua portuguesa, em festas populares, em



nomes de ruas, bairros e cidades pelo país afora” <sup>(13)</sup>. Essas falhas constroem novos significados <sup>(8)</sup>, especialmente diante do contexto de produção do pronunciamento, data de celebração dos povos originários, em que a resistência indígena se transforma *em uma luta coletiva* de todos os brasileiros. Essa movência de sentidos, de luta isolada à luta coletiva, se configura no que Butler compreende de performatividade na linguagem, isto é, “ao poder dos enunciados linguísticos de fazer alguma coisa acontecer, de trazer algo à existência” <sup>(31)</sup> (p. 153).

Ao repetir o ato de fala performativo da luta contra a violência indígena, Sônia aponta para outras problemáticas como o combate contra o crime organizado e a respeito da preservação do meio ambiente. Observamos no excerto:

Ao mesmo tempo, atuamos de forma enérgica **contra os criminosos que destruíram suas florestas**, contaminaram os rios com mercúrio, mataram os peixes e levaram doenças e a fome aos nossos parentes <sup>(13)</sup>.

Esses deslizamentos linguísticos no pronunciamento de Guajajara representam a complexidade da linguagem em descrever sentidos, onde “a diversidade linguística torna-se um campo de significados, inclusive identitários, porque nos conduz à compreensão de como as pessoas se situam e para quem elas falam. Logo, ao variar os turnos discursivos, pode haver mudança” <sup>(9)</sup>. Assim, estamos diante do sujeito que fala pela e para a sua etnia Guajajara - representa **seus** parentes, e que tem o papel político de ministra dos povos indígenas do Brasil, ou seja, também pronuncia para a população brasileira. Portanto, sua fala aponta para outros lugares, desliza como água das nascentes, corre e deságua em outros rios, podendo ser (re)construída na formação de outros discursos, como o da Declaração Urgente do ATL que, ao pronunciar sobre resistência aponta também para a sustentabilidade e saberes ancestrais:

Quem poderia imaginar que, após mais de cinco séculos de colonização e extermínio, **estaremos aqui, firmes como nossas florestas, entoando nossos cantos e tocando nossos maracás**, em **resistência** pela vida e pelo bem viver de toda a humanidade <sup>(13)</sup> (p. 1).

O trecho “estamos aqui firmes como nossas florestas, entoando nossos cantos e tocando nossos maracás” anuncia que a resistência também se manifesta na multiplicidade da cultura, no cuidado e na preservação dos saberes indígenas. Como destaca Iberê, em Souza <sup>(30)</sup> (p. 3): “[...] Assim, a quantidade de povos era tão múltipla quanto as florestas, que,



aliás, se diversificaram por conta dos povos indígenas, povos originários que aqui se fizeram, se constituíram e constituem os seus saberes”.

Vemos que a colonização e exploração não conseguiram destruir completamente a identidade indígena; ela resistiu e continua resistindo, seja por meio dos saberes ancestrais, pela sustentabilidade, na resistência contra a violência, entre outros, transformando-se conforme o contexto muda. Segundo Munduruku <sup>(32)</sup>, isso deve ser visto como ‘[...] um passo importante para mostrar essa capacidade de renascer das cinzas num país que já os tinha dado como incorporados ao sistema capitalista’ (p. 42).

### **Relação com o Estado e criação de políticas**

Esta categoria de análise mostra a relação das pautas indígenas com o Estado e a criação de políticas públicas que visam garantir a seguridade dos direitos originários e mitigar os efeitos da exploração dos recursos naturais, no entanto, sabe-se que há muitos anos essa relação tem sido marcada por constantes reivindicações que, quase sempre, não são atendidas. No pronunciamento de Sonia Guajajara é possível identificar algumas ações realizadas pela frente política indígena junto do Governo Federal, bem como políticas que foram criadas e/ou estão sendo estruturadas para atender a demanda desta população:

No ano passado, assistimos horrorizados à tentativa de genocídio do povo Yanomami. **O governo reagiu prontamente, atuando em duas frentes.**

**Realizamos ações emergenciais** e instalamos a Casa de Governo, em Boa Vista, **para promover a saúde e a dignidade do povo Yanomami** <sup>(13)</sup>.

Nos seguintes excertos, a ministra cita a agenda do governo para demandas de saúde, demarcação de terras e desmatamento:

**A mensagem do governo Lula é clara:** tolerância zero com o crime organizado, esteja ele onde estiver.

Minhas amigas e meus amigos, pela primeira vez em cinco séculos, o Brasil tem um ministério para tratar das questões referentes aos povos originários. **A criação do Ministério dos Povos Indígenas é um avanço histórico do governo Lula.**



Mas não para por aí. Também pela primeira vez, **estamos à frente da Funai e da Secretaria Especial de Saúde Indígena. E retomamos o Conselho Nacional de Política Indigenista [...]** <sup>(13)</sup>.

No entanto, no ATL 2024, que ocorreu após o pronunciamento da ministra, foi possível observar que, embora haja uma agenda, há uma urgência no tratamento de várias demandas que o Estado tem deixado a margem, entre elas, muitas terras que já deveriam ter sido demarcadas e os poderes do estado responsáveis têm protelado as decisões, enquanto isso, as terras continuam sendo invadidas e indígenas continuam morrendo em conflitos.

A declaração urgente, nos excertos abaixo, demonstra a insatisfação da população indígena na forma que suas demandas têm sido conduzidas pelo Estado:

**Começamos nossa mobilização histórica reivindicando 25 pontos, que estão na 'Carta dos Povos Indígenas do Brasil aos Três Poderes do Estado', com exigências para medidas urgentes.**

[...]

**E finalizamos nossa mobilização reafirmando essas urgências! NOSSO TEMPO É AGORA! Já não podemos esperar mais tempo e precisamos de respostas concretas!** A decisão deliberada dos poderes do Estado de suspender a demarcação das terras indígenas e de aplicar a lei 14.701 (Lei do Genocídio Indígena) equivale a uma DECLARAÇÃO DE GUERRA contra nossos povos e territórios.

**Isso representa uma quebra no pacto estabelecido entre o Estado brasileiro e nossos povos desde a promulgação da Constituição de 1988**, que reconheceu exclusivamente nossos direitos originários, anteriores à própria formação do Estado brasileiro.

[...]

Nesta declaração afirmamos: **NÃO HÁ MAIS TEMPO PARA VOCÊS! Rejeitamos veementemente qualquer tentativa do governo federal de retomar políticas públicas sem garantir o essencial: a demarcação, proteção e sustentabilidade dos territórios indígenas em primeiro lugar.** Qualquer iniciativa que não priorize esses aspectos será apenas uma medida paliativa e insuficiente <sup>(14)</sup> (p. 1).

O uso dos marcadores linguísticos como "DECLARAÇÃO DE GUERRA" e "Lei do Genocídio Indígena" demonstra o descontentamento e a gravidade com que essas comunidades percebem as políticas atuais do governo em relação a suas terras. A suspensão das demarcações e a aplicação de leis <sup>(33)</sup> que prejudicam os direitos indígenas são interpretadas como ações deliberadas contra a existência e a autonomia desses povos.



O recorte abaixo retoma a fala da ministra em relação ao Governo Lula:

**PRESIDENTE LULA, NÃO QUEREMOS VIVER EM FAZENDAS! É preciso impedir que Rui Costa, Ministro Chefe da Casa Civil, siga “mandando” sobre as homologações de Terras Indígenas. Não admitimos esta situação. Estaremos vigilantes para que o Presidente Lula cumpra o compromisso de instalar, em um período de 15 dias, uma Força-Tarefa, composta por Ministério da Justiça, Ministério dos Povos Indígenas, Secretaria-Geral da Presidência e Advocacia Geral da União, para dialogar com os Três Poderes e demarcar definitivamente todas as nossas terras.**

**Esperamos, ainda, que essa Força-Tarefa conte com participação efetiva de nossos povos e organizações** <sup>(14)</sup> (p. 3).

Na fala da ministra, há o marcador: “A mensagem do governo Lula é clara: tolerância zero com o crime organizado, esteja ele onde estiver”. Na declaração do ATL <sup>(14)</sup>, há uma reivindicação de que suas “promessas” sejam efetivamente cumpridas, e, mais do que isso, que “essa força-tarefa conte com participação efetiva de nossos povos e organizações”, ou seja, que a criação do ministério não tenha sido apenas para maquiagem a morosidade das resoluções das demandas dos povos indígenas e que os representantes possam, de fato, trabalhar em políticas efetivas para a consolidação da demarcação de terras.

### Considerações finais

Pensando na Linguística Aplicada como um espaço de discussões e questionamentos sobre estruturas de poder e discursos que mantêm desigualdades e exclusões expressas na linguagem, este trabalho buscou refletir, através dos estudos de performatividade da linguagem interseccionados com raça e identidade, sobre o contexto da mudança do '*Dia do Índio*' para o '*Dia dos Povos Originários*' e analisamos de que forma essa troca na nomenclatura se constitui no pronunciamento da Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, observando os índices linguísticos, compreendidos como marcadores linguísticos que indicam as maneiras pelas quais os indivíduos usam a linguagem para comunicar significado em contextos específicos <sup>(15)</sup>, e estabelecem a reconfiguração e subjetividade da identidade indígena no Brasil; analisamos também a influência do pronunciamento da ministra nos atos performativos de pessoas indígenas no Acampamento Terra Livre (ATL).

As categorias de análise são convergentes e durante as análises percebemos que as discussões acabam por se complementar, considerando que, no discurso indígena, quase



sempre as questões de identidade, raça, territorialidade, política e saberes ancestrais estão interseccionadas nas pautas, sejam elas emergentes ou não.

### Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes/Proex, pela concessão de bolsa de estudos às autoras.

### Referências

1. Brasil. Fundação Nacional do Índio. Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. Portal do Governo Brasileiro; 2023 [citado em 14 ago. 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas#:~:text=O%20Norte%20concentrava%2044%2C48,total%20dessa%20popula%C3%A7%C3%A3o%20no%20pa%C3%ADs>.
2. Guimarães SAH. Do “uga uga” à canção de protesto ou: do preconceito histórico à visibilidade social dos indígenas – Um estudo pelo viés da recategorização. *Diadorim*. 2022;24(2):552-72. doi: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2022.v24n2a49886>.
3. Silva F, Lameira M. Nós já estávamos aqui: a história contada pelos Povos Originários. In: Caldas G, Ormaneze F, Steinberger-Elias M, organizadores. *Povos originários do Brasil: sentidos e crise humanitária dos Yanomami*. Campinas (SP): Pontes Editores; 2023.
4. Brasil. Lei nº 12.402, de 8 de julho de 2022. Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. *Diário Oficial da União: seção 1*. Brasília (DF); 8 jul. 2022.
5. Moita Lopes LP. Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidades, ética e política. *Gragoatá*. 2009;14(27): [citado em 15 ago. 2024]. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33105>.
6. Austin JL. Quando o dizer é fazer: palavras e ação. Souza Filho DM, tradutor. Porto Alegre: Artes Médicas; 1990.
7. Derrida J. *Signature event context*. Limited inc. Evanston: Northwestern University Press; 1988 [1972]. Disponível em: <https://videomole.tv/wp-content/uploads/2018/04/JD1972.pdf>.
8. Butler J. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge; 1997 [citado em 20 jul. 2024]. Disponível em: [https://monoskop.org/images/5/54/Butler\\_Judith\\_Excitable\\_Speech\\_A\\_Politics\\_of\\_the\\_Performative\\_1997.pdf](https://monoskop.org/images/5/54/Butler_Judith_Excitable_Speech_A_Politics_of_the_Performative_1997.pdf).



9. Rajagopalan K. Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão crítica. São Paulo (SP): Parábola Editorial; 2003.
10. Hall S. A identidade cultural na pós-modernidade. Silva TT, Louro GL, tradutores. 11. ed. Rio de Janeiro (RJ): DP&A; 2006.
11. Muniz K. Linguagem e Identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil [tese de doutorado]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1610191>.
12. Muniz K. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística "crítica": performatividade, política e identificação racial no Brasil. DELTA. 2016;32(3):767-86. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-445063437589564459>.
13. Guajajara S. Pronunciamento Dia dos Povos Indígenas [vídeo]. Brasília: Ministério dos Povos Indígenas; 2024 [citado em 15 jul. 2024]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oWEYNPimCXk>.
14. Acampamento Terra Livre (ATL). Terra, Tempo e Luta: declaração urgente ATL 2024. Brasília: ATL; 2024 [citado em 10 maio 2024]. Disponível em: <https://apiboficial.org/2024/04/26/terra-tempo-e-luta/>.
15. Melo GCV. Roda de conversa entre mulheres negras: performatividade de raça, gênero e sexualidade. In: Melo GCV, Jesus DM, organizadores. Linguística Aplicada, raça e interseccionalidade na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Mórula; 2022.
16. Garfield S. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. Rev Bras Hist. 2000;20(39):13-36. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882000000100002>.
17. Takuá NK. Visibilidade indígena e protagonismo. In: Caldas G, Ormaneze F, Steinberger-Elias M, organizadores. Povos originários do Brasil: sentidos e crise humanitária dos Yanomami. Campinas (SP): Pontes Editores; 2023.
18. Frank H, Conceição MP. Identidade em Linguística Aplicada: em direção a uma sistematização conceitual. Linguagem em (DIS)curso. 2021;21(1):11-31.
19. Deters P. Identity, agency and the acquisition of professional language and culture. London: Continuum; 2011.
20. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Quem somos. Brasília: APIB; 2024 [citado em 10 maio 2024]. Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre/>.
21. Acampamento Terra Livre (ATL). ATL 20 anos. Brasília: ATL; 2024 [citado em 10 maio 2024]. Disponível em: <https://apiboficial.org/atl2024/>.
22. Riley P. Self-access as acces to 'self': cultural variation in the notions of self and personhood. In: Palfreyman D, Smith R, editores. Learner autonomy across cultures: language education perspectives. New York: Palgrave; 2003. p. 92-109.
23. Woodward K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva TT, organizador. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes; 2009. p. 7-72.



24. Machado FR, Gil G. The processes of construction, deconstruction and reconstruction of an IFSC English language teacher's professional identity. DELTA. 2017;33(2):383-411.
25. Sousa RMRQ. Professores de inglês da escola pública: investigações sobre suas identidades numa rede de conflitos [dissertação de mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2006.
26. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE; 2023 [citado em 21 ago. 2024]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102018>.
27. Kopenawa D, Albert B. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras; 2015.
28. Krenak A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras; 2019.
29. Aragão T. Estudo comprova que povos indígenas e tradicionais são essenciais para proteção das florestas no Brasil. Instituto Socioambiental (ISA); 2022 [citado em 13 ago. 2024]. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/estudo-comprova-que-povos-indigenas-e-tradicionais-sao-essenciais-para#:~:text=Os%20resultados%20mostram%20que%20os,do%20total%20de%20florestas%20nacionais>.
30. Souza LM. Diálogos entre saberes indígenas e indigenistas: conversa com Lynn Mario Trindade Menezes de Souza e Daniel Iberê Guarani M'Byá. UNILETRAS. 2021;43. doi: 10.5212/Uniletras.v.43.18235.2021.
31. Signorini I, Biondo F. (Des)construção das categorias identitárias mulher "de verdade" e mulher feminista em páginas do Instagram. In: Fabricio FB, Borba R, organizadores. Oficina de Linguística Aplicada indisciplinar: Homenagem a Luiz Paulo Moita Lopes. Campinas (SP): Editora da Unicamp; 2023. p. 85-104.
32. Munduruku D. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro, 1970-1990. São Paulo: Paulinas; 2012.
33. Brasil. Lei n. 14.701, de 20 de outubro de 2023. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis n.ºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Brasília (DF): Presidência da República; 2023 [citado em 10 maio 2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14701.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14701.htm).



10.31072/rcf.v15i2.1490

Este é um trabalho de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.



Open Access